



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0008571-03.2022.6.05.8000  
COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA  
DATA FIM DE VIGÊNCIA 22/07/2022  
COORDENADORIA DE AUTUAÇÃO, REGISTROS PROCESSUAIS E PARTIDÁRIOS  
**INTERESSADO** : SEÇÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO DATA FIM DE VIGÊNCIA 22/07/2022  
SEÇÃO DE BIBLIOTECA, MEMÓRIA E ARQUIVO DATA FIM DE VIGÊNCIA 22/07/2022  
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL  
PROTOCOLO CENTRALIZADO DE 1º GRAU  
**ASSUNTO** : Recursos. Pregão nº 71/2022.

**PARECER nº 345 / 2022 - PRE/DG/ASJURI**

1. A Diretoria-Geral submete à apreciação desta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos os Recursos interpostos pelas empresas T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL - EIRELI (doc. nº 2220729) e EXSEG - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA (doc. nº 2220730), contra a decisão do Pregoeiro que, no Pregão nº 71/2022, declarou vencedora a empresa GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI.

2. Alegam as Recorrentes, de forma comum e em síntese, que a empresa ora declarada vencedora apresentou sua proposta (planilha de custos e formação de preços) em desconformidade com as regras legais e/ou editalícias.

2.1. A peça recursal apresentada pela primeira empresa (T & S), versa sobre os percentuais das rubricas PIS e COFINS, que, segundo ela, foram *ilegalmente* apresentados (0,35% e 1,60%, respectivamente).

2.2. Quanto à peça recursal da empresa EXSEG, versa, de modo semelhante, quanto aos percentuais das rubricas PIS e COFINS, acrescentando-se questões acerca dos quantitativos estimados pela empresa para os itens *vale transporte* e *vale alimentação*, afirmando, ainda, do lançamento de *item inexequível* no tocante ao *Módulo 6* da planilha da Recorrida.

3. Ambas pugnam pela desclassificação da Recorrida, citando, para tanto, legislação que rege a matéria, bem como decisões do Tribunal de Contas da União - TCU, nas quais supostamente estariam amparadas suas razões.

4. Em prazo de contrarrazões, a empresa GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI restou silente.

5. Por seu turno, o Pregoeiro se manifestou pela rejeição dos Recursos (doc. nº 2221524), afirmando, de forma objetiva, concisa:

"Em linhas gerais, em suas razões, tanto a T&S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL quanto a EXSEG PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, questionam a planilha de preços apresentada pela vencedora para fins de aceitação da proposta, alegando que foram utilizados indevidamente percentuais de PIS e COFINS na elaboração da proposta. Questionam também a quantidade de dias úteis considerados pela GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS no cálculo referente ao vale transporte e ao vale alimentação.

(...)

Sobre o tema, esclarecemos que em seu item 10.11. o Edital 71/2022 estabelece que eventuais erros no preenchimento da planilha não são motivo para a desclassificação da proposta, quando houver a possibilidade de ser ajustada sem a necessidade de acréscimo do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

Já o item 10.13. prevê que o inadequado preenchimento da planilha de custos não exige a licitante do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos.

Assim, entendemos não haver necessidade de um maior aprofundamento nas questões levantadas, uma vez que, como evidencia o edital, a planilha de preços é instrumento para averiguar se o preço proposto é suficiente para arcar com todos os custos do serviço, estando a contratada, durante a execução, obrigada a comprovar o atendimento das disposições legais e das convenções coletivas."

É o breve Relatório.

6. Irretocável a manifestação do Pregoeiro (doc. nº 2221524), à qual nos alinhamos, vez que as regras do ato convocatório foram suficientemente claras no que diz respeito ao preenchimento das planilhas pelas licitantes, estabelecendo, de modo inequívoco, as possibilidades de ajustes, sem majoração no preço final, bem como a responsabilidade da futura Contratada em arcar com todos os reais custos, à vista das disposições legais e das convenções coletivas, ainda que sua proposta tenha trazido eventual inadequação.

6.1. As regras citadas pelo Pregoeiro guardam consonância, inclusive, com o entendimento do TCU, conforme se vê, por exemplo, no Acórdão nº 637/2017 - Plenário, cujo excerto transcrevemos:

"A inexecuibilidade de itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta (art. 48, inciso II, da Lei 8.666/1993), pois o juízo sobre a inexecuibilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta."

6.2. Apenas a título de rememorar, vejamos, abaixo, a disciplina do edital:

10.11. Eventuais erros no preenchimento da(s) planilha(s) não são motivo para a desclassificação da proposta, quando houver a possibilidade de ser ajustada sem a necessidade de acréscimo do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

10.11.1. Também não será desclassificada a proposta quando o preço global for aceitável mas o valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um posto de trabalho) necessitar ser ajustado ao valor estimado pela Administração.

10.12. Não implicarão a desclassificação da proposta, desde que o preço global para a prestação da totalidade dos serviços continue exequível, as seguintes situações:

- a) omissão eventual de percentuais ou valores na composição dos custos e formação do preço;
- b) discrepância entre percentuais ou valores da(s) planilha(s) de custos e formação do preço e aqueles decorrentes da legislação vigente ou convenções coletivas;

(...)

10.13. O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação do preço não exige a licitante do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos.

10.14. Durante a execução do contrato, a licitante vencedora estará obrigada a comprovar o atendimento das disposições legais e das convenções coletivas.

(...)

10.18. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

(...)

11.9. Se itens do custo referentes a materiais e instalações forem cotados com preço simbólico, irrisório ou de valor zero, sem que haja indício de inexequibilidade do preço global, serão considerados renunciados se de propriedade do próprio licitante, em conformidade com o disposto no artigo 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

11.10. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento dos Recursos impetrados pelas empresas T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL - EIRELI (doc. nº 2220729) e EXSEG - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA (doc. nº 2220730), mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro que, no Pregão nº 71/2022, declarou vencedora a empresa GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA, GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza**, Assessor Jurídico, em 28/12/2022, às 12:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2222824** e o código CRC **EE581483**.